



## As Tensões do Campo Jornalístico e Acadêmico em torno da Primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal (1979)<sup>1</sup>

Renato Rocha Mendes<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta fatos inéditos, que resultaram de um levantamento histórico pioneiro, sobre as tensões do campo jornalístico em torno da criação da primeira Licenciatura em Comunicação Social de Portugal, em 1979. O estudo baseia-se em uma linha de investigação empírica. Utiliza entrevistas e fontes documentais sobre o ensino do jornalismo. Procura construir uma perspectiva histórica, com o objetivo de proporcionar um enquadramento sobre o objeto do estudo. A polémica fundamental a respeito do modelo de ensino do jornalismo mais adequado para a época, centrado na dicotomia entre a técnica e a teoria, operaram como elementos dinâmicos para a afirmação profissional dos jornalistas. Subjacente às divergências entre académicos e jornalistas, ligadas ao modelo ideal de ensino, existem temas relevantes que contribuíram com o estudo para contextualizar teoricamente as tensões: o processo de construção da profissão, e a afirmação da identidade profissional dos jornalistas e de um campo profissional autónomo.

**Palavras-chave:** ensino, jornalismo, identidade profissional, jornalistas

**Abstract:** This paper aims to present unpublished material, which resulted from a pioneering historical inquiry on the tensions within the journalistic field, as a result of the foundation of the first degree in Social Communication in Portugal, in 1979. This study is based on a line of empirical research which makes use of interviews and documentary sources on the teaching of journalism. It seeks to build a historical perspective, with the aim of providing a framework on the grounds of education. The fundamental controversy surrounding the most appropriate model of journalism education for the time period, centered on the dichotomy between theory and technique, operating as dynamic elements for the professional of journalists. Underlying the differences between academics and journalists, linked to the ideal model of education, there exists relevant themes that contribute with a study to contextualize theoretically these tensions: the process of building the profession, the assertion of the journalists' professional identity as well as an autonomous professional field.

**Keywords:** education, journalism, professional identity, journalists

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT - Jornalismo e Sociedade do VII Congresso SOPCOM, realizado de 15 a 17 de Dezembro de 2011.

<sup>2</sup> Jornalista e doutorando em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, mesma instituição onde concluiu o mestrado em Ciências da Comunicação – Estudo dos Media e Jornalismo. É pesquisador do Centro de Investigação Media e Jornalismo - CIMJ. E-mail: rmendes.mailbox@gmail.com

## **Introdução**

O presente artigo<sup>3</sup> apresenta e analisa as tensões do campo jornalístico e acadêmico em torno da criação da primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal. As perguntas originais que orientaram o trabalho foram: Tendo em conta a necessidade histórica de os jornalistas portugueses alcançarem um maior grau de profissionalização e afirmação identitária, o que ocorreu no campo jornalístico, quando a primeira Licenciatura em Comunicação Social foi lançada em Portugal, em 1979? Que tipo de tensões foram geradas em torno da Licenciatura, entre os jornalistas e os académicos que a instituíram e lecionaram?

A polémica fundamental e os seus desdobramentos a respeito do modelo de ensino do jornalismo mais adequado para a época, centrada na dicotomia entre a técnica e a teoria, operaram como elementos dinâmicos para a afirmação profissional. Segundo a abordagem interacionista da teoria sociológica das profissões, subjacente ao processo de profissionalização, existem exigências de uma formação específica. Estas exigências são qualificadas como uma via para o processo de profissionalização, e não como um atributo a ser preenchido. “O aumento dos níveis de qualificação é fundamental nos conflitos de disputa de áreas de trabalho e respectivas ‘fronteiras’” (RUELLAN, 1997b apud FIDALGO, 2008:22). Esta percepção caracteriza o momento que atravessava a classe jornalística portuguesa no período em que a primeira Licenciatura em Comunicação Social é criada em Portugal, na FCSH – UNL, em 1979. O aperfeiçoamento profissional, através do ensino especializado, incluindo o de nível superior, era uma reivindicação antiga dos jornalistas portugueses.

## **Metodologia**

Para o desenvolvimento da dissertação, na qual o artigo é baseado foi adotada uma linha de investigação empírica. Utilizamos entrevistas e fontes documentais sobre

---

<sup>3</sup> O artigo foi produzido como resultado da dissertação de mestrado, defendida em 2011, com o título “A Primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal (FCSH-UNL, 1979) – Contributo para uma reflexão acerca do ensino do jornalismo”, sob orientação do professor Nelson Traquina e co-orientação da professora Carla Baptista.

o ensino do jornalismo. Procuramos construir uma perspectiva histórica, com o objetivo de proporcionar um enquadramento sobre o objeto do estudo.

As tensões em torno da criação da Licenciatura em Comunicação Social emergem de três esferas distintas: a sindical, a acadêmica e a governamental. Entrevistas em profundidade foram conduzidas com os intervenientes que no passado pertenceram, ou ainda pertencem, a uma destas três esferas. As informações que surgem dos discursos foram utilizadas no sentido de contribuírem para a reconstrução do episódio histórico. Fontes documentais primárias, algumas inéditas, de arquivos diversos, além de contribuírem para essa reconstrução, tiveram um papel central na confirmação dos discursos e sua contextualização histórica.

## **1 – As tensões do campo jornalístico em torno da Licenciatura em Comunicação Social**

Foi observado durante o processo de criação e lançamento da Licenciatura em Comunicação Social, uma série de tensões, decorrentes de conflitos dentro da própria classe jornalística, de equívocos causados pela expressão Comunicação Social<sup>4</sup>, e da suposta falta de entendimento entre jornalistas e académicos. Os profissionais da área do jornalismo e da comunicação corporativa, não encontrariam na Licenciatura as respostas para as exigências que emergiam do mercado de trabalho, como a formação prática.

Adriano Duarte Rodrigues<sup>5</sup>, responsável pela criação da Licenciatura em Comunicação Social afirma:

“O projeto do Departamento de comunicação da Nova, desde a sua criação esteve sempre a milhas das expectativas profissionalizantes. Tanto dos profissionais das atividades que para si se atribuem o nome de comunicacionais, como dos estudantes que se candidatavam ao curso, imbuídos da expectativa de obterem com o diploma universitário um passaporte para entrarem nestas profissões” (RODRIGUES, 2010c).

O fato de o curso ter sido criado visando a investigação científica e a reflexão na área da comunicação, como sabemos, não foi traduzido no nome dado a Licenciatura.

---

<sup>4</sup> A expressão Comunicação Social, à época era utilizada como sinónimo para jornalismo.

<sup>5</sup> Professor Catedrático da FCSH, desde 1979. Em 1978, presidiu a Comissão do Ministério da Educação que reorganizou o ensino das ciências sociais nas Universidades Portuguesas. Doutorado pela *Université Catholique de Louvain*, 1977.

A forma com que o curso foi publicitado também contribuiu para que equívocos acontecessem, como indica o excerto a seguir, de um folheto publicitário produzido pelo Departamento de Comunicação Social da FCSH, em 1980:

“O curso prepara docentes para o ensino secundário e superior, investigadores, profissionais para empresas de Comunicação Social, tanto públicas como privadas, nomeadamente da imprensa escrita, radiofónica e televisiva, adidos de imprensa, animadores culturais” (FCSH-UNL, 1980).

Um único curso, sem áreas de especialização, não poderia aportar conhecimento adequado para formação de profissionais tão distintos quanto um jornalista e um professor do ensino secundário.

A entrada de Adelino Gomes<sup>6</sup> e de José Pedro Castanheira<sup>7</sup> no jornalismo, são casos representativos de duas gerações que possuíam um *deficit* de conhecimento sobre a profissão, tanto teórico, quanto técnico, e que ambicionavam oportunidades de aprendizagem. Era um pequeno número de tarimbeiros<sup>8</sup> que tinham interesse pelo ensino universitário do jornalismo, segundo Adelino Gomes, que não consegue precisar a quantidade de jornalistas que faziam parte do Sindicato dos Jornalistas (SJ) empenhados na defesa do tema. Com a divulgação da Licenciatura em Comunicação Social, os jornalistas se aperceberam que o projeto da UNL era “sustentado e interessante” (GOMES, 2010a) e que se diferenciava do que já havia existido; esse foi o factor que os motivou a se interessarem pelo curso.

Adelino Gomes sintetizou o desejo que os jornalistas tinham em realizar um curso universitário:

“E foi para isso no fundo, que olhei para a Universidade que se chamava Nova, num tempo novo, que é o pós 25 de Abril, como a aliança final [entre a profissão e a universidade]” (GOMES, 2010b).

Um curso universitário que privilegiasse aspectos do ensino prático da profissão era o ideal da grande maioria dos jornalistas. O paradigma de ensino do jornalismo à época da criação da Licenciatura, sob a perspectiva dos jornalistas, era a formação profissional, ancorada na prática jornalística.

---

<sup>6</sup> Jornalista português, ex-provedor do Ouvinte da RTP e antigo militante contra a ditadura.

<sup>7</sup> Jornalista português desde 1974 e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas.

<sup>8</sup> O adjetivo tarimbeiro, segundo Dicionário da Língua Portuguesa – Porto Editora, descreve “2 oficial do exército que iniciou a sua carreira como soldado e foi sendo promovido até ao posto de oficial, sem ter feito qualquer curso regular ou frequentado qualquer escola especial; 3 [fig.] que ou que se fez por si; 4 [fig., pej.] que ou o que é grosseiro e rude”. Existe uma conotação negativa associada a palavra tarimbeiro.

A expectativa que emergiu da necessidade histórica de uma parte dos jornalistas tarimbeiros pelo ensino e formação profissional alimentaram falsas esperanças em torno da Licenciatura. A imagem que foi construída da Licenciatura, através da publicidade divulgada pela Universidade e através dos jornais, direcionou debates e reforçou opiniões negativas sobre o curso, ao ponto de pensarem “que a Universidade Nova vinha fazer um curso contra o campo profissional e contra os jornalistas” (GOMES, 2010a).

Esta opinião de Adelino Gomes encerra a concepção do livre acesso à profissão, porque se o ensino superior é visto como um elemento nocivo aos jornalistas, não faria sentido ter o diploma universitário como um dos componentes centrais do processo de profissionalização e de acesso à profissão. Segundo Traquina:

“o sindicato privilegiou como objetivo durante os anos 1980 e 1990 o livre acesso à profissão, quando já nos anos 1920 o sindicato francês de jornalistas tentou limitar o acesso ao jornalismo e distinguir entre ‘os profissionais’ e ‘os amadores’” (TRAQUINA, 2004:50).

O autor prossegue e afirma que o Sindicato, ao invés de valorizar o papel das universidades na formação dos jornalistas, denigre os cursos de comunicação e jornalismo descrevendo-os como “(des)formação”, termo que faz alusão à capa da publicação periódica do SJ, “Os (des)caminhos do Acesso à Profissão” (SJ, 1993).

A *II Jornada de Acesso a Profissão de Jornalista*, retratada neste periódico, defende o “jornalismo como profissão aberta, sem condicionamento a exigência de um curso superior”, mas salienta a necessidade por maior diálogo com as universidades, no sentido de adequarem o curriculum dos cursos e a capacitação de docentes, às necessidades técnicas da profissão.

Ao confrontar a citação de Adelino Gomes, e a informação aportada por Traquina, observa-se que o paradigma do ensino da prática em detrimento da utilidade da formação teórica cristalizou-se nas mentalidades dos sindicalistas e ultrapassou em mais de uma década a criação da Licenciatura em Comunicação Social.

Em 1979, os jornalistas passaram a olhar a Licenciatura com desconfiança, porque a teoria possuía um maior peso dentro do conjunto de disciplinas do curso. Um ensino voltado a prática profissional, que reproduzisse as situações reais do trabalho jornalístico, era o que esperava Castanheira (2010):

“nós achávamos que havia que aprender, que estudar, que refletir, aprofundar

os nossos conhecimentos, etc., mas provavelmente haveria formas mais concretas e mais práticas.”

Ao analisarmos as disciplinas descritas no folheto publicitário do curso, verificamos que o primeiro ano da Licenciatura era introdutório, com disciplinas que não possuíam relação com o jornalismo. O segundo ano apresenta uma disciplina técnica relacionada com jornalismo, *Técnicas de Investigação e de Expressão Jornalística I*, e uma disciplina ligada a Comunicação Social, *Teoria da Comunicação*. O terceiro ano marca o aprofundamento em questões da Comunicação Social, com três disciplinas: *Direito e Deontologia da Comunicação Social*; *Sociologia da Comunicação Social* e *Gestão dos Meios de Comunicação Social*. Em relação a disciplinas ligadas ao jornalismo, no terceiro ano, existem duas, uma histórica e outra técnica, *História do Media e Jornalismo Comparado* e *Técnicas de Investigação e de Expressão Jornalística II*. O quarto ano não oferecia nenhuma disciplina ligada ao jornalismo, mas sim à Comunicação Social, *Tecnologia dos Meios de Comunicação Social*. O curso permitia que se realizasse duas disciplinas optativas para o quarto ano, mas nenhuma das 26 opções estavam ligadas ao ensino do jornalismo.

O aluno que se matriculasse no primeiro ano da Licenciatura, e assim que concluísse a componente letiva, após o quarto ano, teria feito 23 disciplinas. Dessas 23 disciplinas somente 3 possuíam uma relação direta com o ensino do jornalismo, ou seja, 13% das disciplinas ensinavam jornalismo. Se tivermos em consideração somente as disciplinas técnicas ligadas ao jornalismo, concluímos que somente 9% das disciplinas dadas na Licenciatura eram dedicadas ao ensino da técnica jornalística. Aqueles candidatos, jornalistas ou não, que almejassem aprimorar ou aprender técnicas e práticas jornalísticas, ao analisar o plano de estudos do curso, percebiam que a Licenciatura não era adequada aos seus propósitos.

Adelino Gomes acabaria por aceitar que a UNL não iria criar um curso de jornalismo, “para nós haver alguma coisa prioritária, era ajudar a fazer a transição de um corpo profissional tarimbeiro”, e relata a visão que os jornalistas possuíam da UNL aquando da criação da Licenciatura: “A Nova despreza a profissão, a Nova quer semiólogo, a Nova quer comunicólogos” (GOMES, 2010b). Essa visão do passado manifestava que o modelo de ensino da Comunicação Social que estava sendo criado pela Universidade era contrário ao modelo que os jornalistas pensavam para formação jornalística. A alegada inviabilidade em se cursar a Licenciatura foi outro argumento utilizado contra o curso por Adelino Gomes: “nós que tínhamos alguma veteranaria [sic]

tínhamos 10, 15 anos de profissão, vínhamos dos anos 60, a maior parte de nós, não íamos fazer uma pausa de 5 anos, para fazer uma Licenciatura em Comunicação Social” (GOMES, 2010a).

Em defesa dos interesses da Universidade, Adriano Duarte Rodrigues contraria a ideia que os jornalistas possuíam sobre o curso e a sua suposta característica “teorizante”, e argumenta que esta percepção deformada é derivava da falta de entendimento dos propósitos de “formação crítica”, que o curso objetivava (RODRIGUES, 2010a). O professor deixa claro em seu discurso a sua missão em proteger o campo acadêmico das exigências das classes profissionais. Está também explícito em seu discurso, a posição de que o ensino prático do jornalismo deve acontecer dentro do setor empresarial e não na Universidade, mesmo tendo afirmado que o Departamento introduziu ao longo dos anos no seu currículo, seminários e disciplinas “destinados a fornecer aos estudantes os instrumentos técnicos e profissionais que os habilitassem a exercê-los da melhor forma” (RODRIGUES, 2010a).

José Rebelo<sup>9</sup>, professor convidado da Licenciatura em Comunicação Social, de 1983 a 1989, responsável pelas disciplinas de *Sociologia da Comunicação*, *Discurso dos Media e Géneros Jornalísticos* (estas duas últimas criadas por ele), reflete sobre o distanciamento entre jornalistas e acadêmicos, aquando da criação da Licenciatura, afirmando existir uma postura de “autodefesa” por parte dos jornalistas e uma certa “arrogância acadêmica”. E contextualiza a situação, esclarecendo que no passado a universidade tinha uma outra postura em termos sociais:

“Hoje por exemplo, quando se fala em universidade, fala-se sempre em adaptação ao meio, criar cursos que sejam solicitados pelo meio, portanto fala-se numa universidade numa relação constante com o meio, nos anos 70 não, era o contrário, o pensamento universitário não tem nada a ver com o meio, o pensamento universitário é independente do meio económico, do meio financeiro” (REBELO, 2010).

A classe jornalística historicamente possui uma posição reivindicativa face ao tema “ensino do jornalismo”, que vem dos anos 30, segundo Adelino Gomes (GOMES, 2010a). O jornalista assume que em 1979, muitos profissionais viam os acadêmicos como alguém que fosse lhes retirar o protagonismo:

---

<sup>9</sup> José Rebelo licenciou-se no início da década de 70 em Sociologia da Informação pela Universidade de Direito, Economia e Ciências Sociais de Paris, na Universidade de Paris-Sorbone. Iniciou seus trabalhos no jornal francês *Le Monde*, em 1972. É doutorado em Sociologia pelo ISCTE.

“Talvez tenha prevalecido um certo obreirismo do lado jornalístico. Obreirismo é uma tendência política, que os operários têm todos sempre a razão, isso é muito próprio dos jornalistas portugueses. [...] Nós achávamos também que a Universidade devia quase vir nos pedir, como é que se devia fazer o novo curso, porque nós é que sabíamos. Admito perfeitamente isso, quer dizer que há uma cultura jornalística de exceção, de grande soberba, que não gostou muito desta emergência.”

Adelino Gomes cita o Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (CENJOR), e o êxito imediato que alcançou em 1986 aquando da sua criação, como um paradigma na formação jornalística e defende um jornalismo multidisciplinar, que acolhe profissionais de várias áreas. Neste sentido a formação jornalística, serviria como um complemento, “quase uma pós-graduação a nível prático de jornalismo e Comunicação Social”. A possibilidade de ter sido constituído no passado, um protocolo entre o CENJOR e a FCSH, é revelada por Adelino Gomes como uma alternativa híbrida, entre a formação profissional e académica.

Fernando Cascais<sup>10</sup>, que à época era secretário da direção do SJ ressalta que em 1979, “a lógica profissional era perfeitamente desenquadrada da lógica académica.” É a partir dessa incongruência que é reforçada a postura do SJ, em pensar e desenvolver alternativas para o ensino do jornalismo autonomamente, segundo Cascais, que dá o exemplo da criação da Escola Superior de Meios de Comunicação Social (ESMCS), em 1971. Embora afirme sob a perspectiva da direção do SJ, que as lógicas profissionais e académicas eram incompatíveis, quando se referia a nova Licenciatura em Comunicação Social, ele frequentou este curso em uma das primeiras turmas, tendo sido aluno de Adriano Duarte Rodrigues. Mas esta não foi a única razão para ter concluído a Licenciatura em Comunicação Social; o fato de ser um curso completamente novo no panorama das Ciências Sociais, que inaugurava uma nova área de estudos, determinou que Cascais, como outros que já possuíam uma licenciatura, ingressassem nesta nova área.

Em tom de reflexão, Adelino Gomes reconhece o papel que a UNL desempenhou em formar uma geração de jornalistas altamente capacitados, e também menciona a censura que os jornalistas fizeram na altura da criação da Licenciatura, porque os objetivos do curso não iam ao encontro das expectativas da classe. O ensino, segundo o jornalista:

---

<sup>10</sup> Diretor do Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR) e docente do Curso de Comunicação Social e Cultural da Universidade Católica.



“era uma coisa longamente desejada pela profissão, portanto a Licenciatura vinha dar uma brisa nova e de algum modo, também preencher as necessidades de conhecimento que não eram encontradas nas redações deste tempo. O que eu desejava é que se fosse ainda mais longe e que o curso se abrisse a profissão” (GOMES, 2010b).

Desde a sua criação, a Licenciatura em Comunicação Social atraiu alunos que tinham o objetivo de se tornarem jornalistas. Após três anos letivos do início da Licenciatura em Comunicação Social, uma reportagem de um jornal não identificado, com o título “A Licenciatura do quarto poder” (VIANA, 1982:10, 11), de 04 de Março de 1982, informa que o curso contava com 134 alunos e que a média mínima para a entrada era de 14,85. A reportagem é composta por duas entrevistas, a primeira com Adriano Duarte Rodrigues e a segunda com 4 alunos do curso. Na entrevista conduzida com os alunos, fica claro a motivação dos entrevistados, pelo aprendizado do jornalismo. Todos reconhecem a importância da componente teórica do curso, mas fazem menções à falta de disciplinas práticas, e às diversas lacunas que existiam no plano de estudos do curso, principalmente para aqueles que tinham o jornalismo como meta profissional. A crítica principal segue no sentido de a universidade estar desligada da “vida prática”.

O professor João Pissarra Esteves, ex-aluno da segunda turma da licenciatura em Comunicação Social, que se tornou professor na FCSH na sequência de um mestrado, recorda-se de ter colegas que se matricularam no curso com o propósito de se tornarem jornalistas, e acrescenta:

“Já nessa altura [primeiras turmas da Licenciatura], aliás, é um pouco a tradição do curso, há uma componente muito forte de alunos que entram, ou que adquirem aqui motivações, para depois exercerem as atividades jornalísticas. Eu diria que ao longo de todos estes anos é um aspecto recorrente, é uma linha constante, e eu creio que logo no início era assim.” (PISSARRA, 2011)

A adesão à Licenciatura foi limitada por parte dos jornalistas tarimbeiros. O quadro de baixa escolaridade a que os profissionais estavam inseridos, aliado ao receio relativamente aos jovens que iriam entrar na profissão com licenciaturas, fez com que a maioria dos profissionais reagisse negativamente ao curso, desvalorizando-o, motivados por um tipo de autodefesa.

## 2 – Considerações sobre o processo de profissionalização dos jornalistas portugueses no contexto da Licenciatura – contribuição do interacionismo e da sociologia das profissões

O pioneirismo da Licenciatura em Comunicação Social eleva a importância do curso enquanto nova área de estudos no campo das Ciências Sociais, beneficiada com o início de uma profunda transformação, conduzida à época por Adérito Sedas Nunes<sup>11</sup>, Ministro da Coordenação Cultural, Cultura e Ciência, do V Governo Constitucional, que transformaria por completo o panorama nacional desta grande área do saber. Sob a perspectiva dos jornalistas da época, a criação da Licenciatura em Comunicação Social fez com que a questão do ensino do jornalismo regressasse a agenda da classe, após o longo histórico de tentativas mal sucedidas para instituição do ensino do jornalismo, como forma de aprimoramento profissional, mas principalmente, como meio para atingir uma maior valorização profissional, com concomitante reconhecimento social. Sob este ponto de vista, a Licenciatura da FCSH iria contribuir, se estivesse aberta às propostas dos jornalistas, para a afirmação da identidade profissional e elevação do estatuto social do jornalista português.

Se interpretarmos os esforços do SJ em participar da concepção de um curso superior que atendesse às necessidades dos jornalistas, como um elemento central para o processo de construção de uma imagem coesa em torno da profissão jornalística, é possível reter através de Joaquim Fidalgo, que a afirmação sobre os jornalistas, “uma comunidade profissional com uma forte identidade” (TRAQUINA, 2004b *apud* FIDALGO, 2008:7), em sua visão é explicada em razão do,

“estatuto social e jurídico que conquistaram do que da partilha efetiva, refletida e argumentada, de um núcleo identitário coerente e sólido, reconhecido pelos pares e reconhecível pela sociedade” (FIDALGO, 2008:7).

Mas quando se assume que o processo de profissionalização está em andamento, é dinâmico, então a característica de “forte identidade” passa a ser mais potencial do que real, mais “fluida” (RUELLAN, 1993 *apud* FIDALGO, 2008:7) do que sólida, remetendo esta interpretação,

---

<sup>11</sup> Fundador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

“aos planos do simbólico e do retórico e, por isso, resistindo mal a uma confrontação aberta e despreconceituosa tanto com as ideias como com os fatos observáveis no dia-a-dia” (FIDALGO, 2008:7).

Ao deslocarmos esta conclusão para o passado, e analisarmos o ano de 1979, como um ano importante para a afirmação da profissão através da formação, e se desconsiderarmos o histórico de tentativas de institucionalização do ensino do jornalismo em Portugal, ela se confirma sob a óptica funcionalista. Neste sentido a lógica funcionalista objetiva a identificação de atributos específicos das profissões, e que uma profissão só emerge,

“quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando resposta a necessidades sociais” (RODRIGUES, 2002:7,8 *apud* FIDALGO, 2008:18).

Segundo esta afirmação, o jornalismo em 1979, não poderia ser considerado uma profissão, mesmo que seus membros partilhassem referências e uma mesma cultura profissional.

Segundo Fidalgo (2008:16):

“Na abordagem de cariz funcionalista, que mergulha raízes no pensamento de Durkheim e na sua teoria sobre os “corpos intermédios” entre o Estado e os cidadãos, a quem caberia um papel importante de regulação e coesão social, as profissões implicam necessariamente um conjunto de traços ou atributos que as distinguem das demais ocupações (‘traços’ dos domínios cognitivo, organizacional e moral) – e que são exigidos pela função que estruturalmente lhes está ‘cometida’ pela sociedade.”

Essa perspectiva possui uma visão normativa, considerando a qualidade de “profissão”, somente àquelas que cumpram um quadro bastante preciso de atributos, com a definição de um “ideal-tipo” de determinada profissão.

O rompimento com o “ideal-tipo da profissão”, do paradigma funcionalista, e o avançar para o modelo interacionista, que ao nosso ver oferece um enquadramento teórico mais adequado para analisar a questão da formação em 1979, faz com que elementos dinâmicos e de ação nos forneça uma nova linha de análise sobre a afirmação da profissão, através da formação. Sob essa nova perspectiva, devemos ter em conta a luta histórica do SJ, pela institucionalização do ensino do jornalismo, pois o paradigma interacionista simbólico privilegia a lógica de processo, ou seja, “identificar as

circunstâncias segundo as quais as ocupações se transformam em profissões” (RODRIGUES, 2002:16 *apud* FIDALGO, 2008:21). Com este entendimento, o processo de afirmação de uma imagem sólida para os jornalistas, que o SJ tentava fomentar em 1979, era parte de uma estratégia no processo de profissionalização, muito apoiada na obtenção de benefícios reais para a classe, como o acesso ao diploma universitário.

A tentativa de entrada dos jornalistas para o ensino superior pôde ser interpretada como uma tentativa de afirmação da identidade inserida no processo de profissionalização, através da obtenção do diploma, com concomitante reconhecimento social, portanto um movimento dinâmico. Everett C. Hughes, referência da abordagem interacionista, sintetiza esta corrente teórica:

“Eu passei da falsa questão ‘é esta ocupação uma profissão?’ para uma mais fundamental, ‘quais as circunstâncias pelas quais as pessoas que têm uma ocupação tentam torná-la numa profissão, e a si próprias em profissionais?’, e ‘quais os passos pelos quais tentam criar uma identificação com os seus modelos de valores?’”. (HUGHES, 1958, cit. Por RODRIGUES, 2002:16 *apud* FIDALGO, 2008:21)

Em oposição ao funcionalismo onde a formação é considerada um atributo, como uma lacuna de preenchimento obrigatório para um determinado número de pessoas transformar uma ocupação, em profissão, no interacionismo a formação especializada é vista como um meio para o processo de profissionalização. Ao contrapor a forma como as duas abordagens veem a formação, deduzimos que a abordagem funcionalista é inadequada para explicar o processo de negociação ao redor do ensino do jornalismo para a profissão. Esta afirmação surge quando analisamos o ensino e a formação jornalísticas, em 1979, que não existia praticamente, logo, não poderia ser constituída como atributo.

Neste caso, mais uma vez o jornalismo não existiria como profissão. “A ênfase, ao contrário da lógica funcionalista e ‘naturalista’, é sempre colocada no processo de transformação das ocupações, nas interações e nos conflitos, bem como nos meios e recursos mobilizados nesse processo. Está sempre presente, assim, uma perspectiva processual e relacional, uma perspectiva dinâmica, bem própria do interacionismo, e que coloca o acento tônico já não na estrutura, mas na ação, já não do fato de que (FIDALGO, 2008:22) ‘as coisas acontecem’, mas no fato de que ‘as pessoas agem’” (MACDONALD, 1999:7 *apud* FIDALGO, 2008:22). O Curso de Reciclagem em

Comunicação Social dá peso a perspectiva processual e relacional, pois o curso é formalizado e constituído após mais uma tentativa sem sucesso, que os jornalistas tiveram em ingressar no ensino universitário.

O “agir das pessoas” amplia a abordagem interacionista e passa a dar importância a biografia e as interações, como forma de realização pessoal,

“A atividade profissional de quem quer que seja deve ser estudada como um processo biográfico e mesmo identitário” (DUBAR & TRIPIER 1998:95).

Sob o aspecto biográfico, o material discursivo recolhido através das entrevistas, reforça o sentido identitário que advém de alguns trechos do artigo, constituídos por percursos profissionais e visões pessoais sobre as questões nas quais se debruça o estudo.

## **Conclusão**

O artigo, com enfoque no ensino do jornalismo oferece elementos para uma maior compreensão do trajeto percorrido pelos jornalistas, que se iniciaram na profissão no período do Estado Novo, e que após o 25 de Abril, buscavam uma afirmação identitária e valorização profissional, através da formação técnica específica.

Segundo Zelizer (2004:81):

“a investigação histórica oferece um terreno da história aparentemente ilimitado, como um repositório de recolha de detalhes, que atribuem sentido para as dimensões por resolver do jornalismo”.

O fracasso da iniciativa de ensino conduzida pela FCSH, sob o ponto de vista dos jornalistas, não pode ser explicado cabalmente, através dos discursos dos entrevistado ou das informações derivadas de documentos. A falta de entendimento entre jornalistas e académicos, como argumento para o insucesso da iniciativa foi recorrente nos discursos, e em certos depoimentos o desentendimento foi apontado como a causa principal da não adesão por parte dos jornalistas à licenciatura. Sob esta

perspectiva, podemos classificar o episódio, segundo a expressão de Zelizer, como “dimensões por resolver do jornalismo”<sup>12</sup>.

A primeira ilação derivada do estudo, que responde a primeira questão original que orientou o trabalho e que se relaciona diretamente com o conteúdo do parágrafo anterior, está ligada a contextualização histórica do campo jornalístico. O SJ, em 1979, era beneficiado com os resultados do seu relançamento institucional, promovido por sua direção, desde o biênio anterior, 77/78. Este fato fortaleceu a direção do SJ ao ponto de conseguirem participar de uma Comissão Consultiva criada para a Licenciatura. Sob a abordagem interacionista, podemos interpretar estes eventos como elementos contributivos para profissão, no sentido de estabelecer ou reforçar os seus modelos de valores, já que a liberdade de imprensa havia sido conquistada a escassos anos.

A resposta para a segunda questão original, que diz respeito ao tipo de tensões, pode ser dada com base nos condicionalismos dos campos acadêmico e jornalístico. A UNL, em 1979, não possuía relação com o meio, com o mercado. Os conflitos derivados da agitação social que ainda se observava geravam uma postura de defesa por parte dos acadêmicos. Pelo lado dos jornalistas, a desgastada questão que emerge da dicotomia entre o ensino com ênfase na prática ou na teoria, ainda dividia opiniões. O choque entre os dois campos, se explica através da afirmação destes mesmos campos, neste sentido, os jornalistas sentiam-se os legítimos detentores do campo da Comunicação Social.

A Licenciatura em Comunicação Social deve ser posta em perspectiva e ser considerada como laboratório para a evolução futura do ensino do jornalismo. Sobre a ligação entre a prática do jornalismo e o ensino acadêmico, é importante destacar que a Licenciatura, durante toda a sua história foi procurada por alunos que queriam ser jornalistas, mesmo que a abertura para o jornalismo não tivesse sido realizada, à época. O fundador da Licenciatura em Comunicação Social da FCSH, professor Adriano Duarte Rodrigues, assume em um dos trechos das entrevistas que concedeu no âmbito da dissertação de mestrado, que a entrada do catedrático Nelson Traquina para o corpo docente da Licenciatura em Comunicação Social foi tardia, em 1984. Por esta razão assumimos que o ensino do jornalismo foi incorporado às disciplinas da Licenciatura em Comunicação Social de forma lenta.

---

<sup>12</sup> A expressão encerra a noção de intemporalidade, mas também pode ser aplicada a um fato em concreto. É dentro do enquadramento histórico do artigo que a expressão foi utilizada.

A afirmação “uma comunidade profissional com uma forte identidade” (TRAQUINA, 2004b *apud* FIDALGO, 2008: 7), enquadrada pela perspectiva avançada pelo mesmo autor, de que o processo de profissionalização dos jornalistas ainda não terminou, reforça a afirmação de que a iniciativa de ensino em causa, esteve inserida em um contexto dinâmico, de troca constante, e desta forma contribuiu para a afirmação do perfil identitário do jornalista, que também é dinâmico e contínuo. A conclusão final, de que o ensino para o jornalismo deve abarcar tanto a teoria quanto a prática, e que o equilíbrio entre estas duas formas de ensino é frágil, é confirmado por Fidalgo (s.d.), quando aborda a problemática da “desintermediação” ou “processo de democratização da informação”.

Em um contexto atual, distante do ano de 1979, a razão do encurtamento da distância entre as fontes oficiais ou primárias e o destinatário destas informações, derivada das novas formas de difusão da informação, potencializadas pela tecnologia, o jornalista passa a não ter monopólio informativo.

“A especificidade do trabalho dos profissionais da informação poderá estar, futuramente, menos na **revelação** de notícias ou dados ‘em primeira mão’, e mais na **interpretação** e **contextualização** dessas notícias [destacado no original]” (*ibid.*).

Esta possível alteração de paradigma exposta pelo autor, além de interferir na afirmação identitária do jornalista, com repercussões no processo de profissionalização, também terá impacto no modelo de ensino. Com isso, queremos dizer que o modelo ideal de ensino está também ele, em constante mutação e é influenciado pela conjuntura histórica.

## **Referências bibliográficas**

### **Livros**

**TRAQUINA, N.** , A tribo jornalística, uma comunidade transnacional, Editorial Notícias. Lisboa, 2004

**FIDALGO, J.** , O jornalista em construção, Porto Editora. Porto, 2008

**ZELIZER, B.** , Taking journalism seriously. Sage Publications. United States of America, 2004

### **Artigos online**

**FIDALGO, J.** Novos desafios a um velho ofício ou... um novo ofício? A redefinição da profissão de jornalista. Acedido em: 19-10-11

[http://old.comunicacao.uminho.pt/doc/fidalgo/jfidalgo\\_artigo\\_mediascopio.pdf](http://old.comunicacao.uminho.pt/doc/fidalgo/jfidalgo_artigo_mediascopio.pdf)

### **Artigos consultados em jornais**

SJ, (1993) – Jornalismo, Janeiro de 1993

VIANA, C. “**A licenciatura do quarto poder**”. Em: *Assuntos Sociais*, 1982

### **Documentos**

FCSH-UNL. Folheto publicitário da Licenciatura em Comunicação Social. Departamento de Comunicação Social da FCSH-UNL. 1980

### **Entrevistas**

(GOMES, 2010a) – Entrevista pessoal concedida por Adelino Gomes, em 17/07/10

(CASTANHEIRA, 2010) – Entrevista pessoal concedida por José Pedro Castanheira, em 02/08/10

(RODRIGUES, 2010a) – Entrevista pessoal concedida por Adriano Duarte Rodrigues, em 09/06/10

(REBELO, 2010) – Entrevista pessoal concedida por José Rebelo, em 09/09/10

(PISSARRA, 2011) – Entrevista pessoal concedida por João Pissarra Esteves, em 22/02/11

### **Seminário**

MENDES, R. ; BAPTISTA, C. , (organizadores) Seminário sobre ensino do jornalismo e identidade profissional. FCSH – UNL/CIMJ; 06 e 20 de Maio de 2010. Lisboa



### **Intervenções no seminário sobre “O Ensino do Jornalismo e Identidade Profissional”**

(RODRIGUES, 2010c) – Intervenção de Adriano Duarte Rodrigues, com o título, “A primeira licenciatura em Ciências da Comunicação”, no “Seminário sobre o ensino do jornalismo e identidade profissional”, FCSH-UNL/CIMJ, em 20/05/10.

(GOMES, 2010b) – Intervenção de Adelino Gomes, com o título, “Provedor, espécie em vias de extinção?”, no “Seminário sobre o ensino do jornalismo e identidade profissional”, FCSH-UNL/CIMJ, em 20/05/10.